

Assunto: Processo de dispensa de licitação

Interessado: EDEIAPREV

PARECER JURÍDICO

Foi solicitado junto a essa consultoria jurídica, parecer acerca de processo de dispensa de licitação que compreende o fornecimento de câmeras, mini rack, fonte de alimentação e o serviço de instalação.

O presente processo visa à segurança patrimonial e proteção de servidores e usuários nas dependências do Fundo de Previdência. A coleta de preços apontou como vencedora a empresa GRUPO GIGA CENTER TECHNOLOGY, CNPJ: 13.722.853/0001-89. O processo conta com justificativa técnica ressaltando a importância do registro de imagens para inibição de atos ilícitos.

Foi certificado que os valores gastos com produtos e serviços da mesma natureza não superam o limite legal para contratação por dispensa de licitação.

Com a sanção da Lei 14.133 de 1º. de abril de 2021, que instituiu um novo marco nas licitações e contratos administrativos, há algumas inovações que merecem uma atenção do gestor, aqui vamos analisar a dispensa de licitação, ressaltando que a regra é “licitar” e “dispensar” deve ser exceção.

O artigo 75 da referida lei traz as principais hipóteses e nos atentaremos na dispensa de licitação com base no valor do contrato, que está previsto nos incisos I e II do referido artigo, vejamos:

(...)

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É dispensável a licitação:

I – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Nos termos do inciso I do artigo 75, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, anteriormente era R\$ 33.000,00.

O inciso II também do artigo 75, estabelece a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compra, anteriormente era R\$ 17.600,00.

A Nova Lei de Licitações trouxe também a regra para atualização dos valores, conforme se verifica na seguinte disposição:

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Em atendimento ao previsto na norma, o Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2022, alterou o valor previsto para o Art. 75, caput, inciso II, passando a vigorar no importe de R\$ R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), razão pela qual a consulta submetida está enquadrada na possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação com base no valor.

O legislador ao passo que aumentou os valores para a contratação por dispensa de licitação, preservou a preocupação de criar mecanismo para evitar estratégias na contratação com o fracionamento de produtos e serviços, com o objetivo de burlar o devido processo licitatório, é importante se atentar ao que estabelece o parágrafo 1º. do artigo 75, vejamos:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I – o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

A Nova Lei de Licitações e Contratos estabeleceu ainda a faculdade de divulgação de aviso na internet, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido na dispensa de licitação e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa (art. 75, §3º).

Ao nosso ver tal procedimento não foi instituído de forma obrigatória pela Lei n.º 14.133/2021, que previu que a dispensa em razão de valor deve apenas “preferencialmente” ser precedida da divulgação em questão, confira a redação da norma:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo **serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa*

Além das regras constantes no artigo 75, a nova lei trouxe o planejamento para dentro do procedimento de dispensa de licitação, não bastando, agora, especificar o objeto, realizar a pesquisa de preços, montar o processo e seguir para a contratação.

Agora, caso o gestor utilize os novos limites de dispensa de licitação opte por adotar a Lei nº 14.133/2021, deverá saber que, agora, o planejamento está em todas as contratações, inclusive, nas dispensas de licitação.

O artigo 72, da Lei nº 14.133/2021, elenca as regras para o processo da contratação direta, confira:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

No presente caso, entendemos que o art. 72, da Lei 14.133/21, restou atendido. Importante trazer ao lume também que, acerca da formalização do contrato, a lei, em seu artigo 95, flexibiliza a exigência do instrumento de contrato na dispensa de licitação em razão de valor, prevendo a possibilidade do instrumento ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, se for o caso.

Importante definir que, para o cabimento da contratação direta, a Administração deverá pesquisar a melhor solução, tendo em vista os princípios da isonomia e da supremacia e indisponibilidade do interesse público. Logo, deverá buscar a melhor solução, respeitando (na medida do possível) o mais amplo acesso dos interessados à disputa pela contratação. E para tanto, deve ser realizada ampla pesquisa de mercado.

Verifico, em análise dos documentos acostados aos autos, que se trata de contratação que se enquadra no limite acima referido, conforme se observa dos orçamentos apresentados na coleta de preços, bem como nos filiamos ao entendimento que o processo cumpriu as fases determinadas pela Lei 14.133/21.

Assim, para dar prosseguimento à contratação, recomendamos a exigência de que a empresa selecionada, com a proposta mais vantajosa, apresente, antes da contratação (e, da mesma forma, em eventuais prorrogações contratuais), os documentos exigidos no § 4º do art. 91, especificamente quanto às certidões de regularidades fiscais (débitos federais, estaduais, municipais, FGTS), a certidão negativa de débitos trabalhistas e as certidões nacionais (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), Negativas de Inidoneidade e/ou de Impedimento) que foram consolidadas na Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), que pode ser obtida no site: <https://certidoes.cgu.gov.br>.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no contrato. Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria os elementos técnicos pertinentes, preço ou aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

Ante o exposto, atendidas as recomendações, concluo que a contratação em comento observa os ditames da Lei nº. 14.133/21, em especial o disposto nos artigos 75, inciso II, hipótese em que se enquadra a consulta submetida, configurando assim o interesse público, opinamos pela legalidade da contratação decorrente do presente processo administrativo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Edeia– GO, 22 de janeiro de 2026.

MARCOS DENVER V. CALAÇA NUNES
OAB/GO: 35.854